

Os riscos da moratória e o "acordo" que não houve

27 MAR 1984

Os transtornos criados pela séria crise de insolvência externa que envolve a economia brasileira não tiveram, como seria razoável esperar, nenhum efeito sobre o comportamento escapista das mais altas autoridades da Nova República. Ao contrário, em vez de reconhecer a existência de uma situação difícil, consequência direta da moratória parcial decretada pelo nosso superministro da Fazenda, e de agir em função disso, o governo continua aferrado ao péssimo costume de tentar encobrir a realidade. Somente essa atitude irresponsável explica a entrevista dada pelo presidente do Banco Central, Francisco Gros, em Miami, na qual anunciou, para os consumidores internos, "um acordo" com os bancos credores, representados pelo comitê de assessoramento, para a renovação por 60 dias das linhas de crédito de curto prazo, no valor de US\$ 15,7 bilhões, que são vitais ao nosso comércio exterior e ao funcionamento normal das agências dos bancos brasileiros no Exterior.

Na verdade, sabe-se agora — e até Gros já o reconhece — que não houve nenhum tipo de acordo entre o País e os bancos, pois o comitê assessor apenas se limitou a retransmitir o telex do BC a cerca de 500 credores dessas linhas, sem fazer nenhum tipo de recomendação. Assim, a decisão sobre a manutenção dessas linhas ficará por conta de cada instituição financeira, abrindo-se a possibilidade de saída para aquelas que assim o desejarem. Os grandes bancos já deram indicações de que não pretendem assiliar o comércio exterior brasileiro, mas os pequenos bancos regionais poderão cortar essas linhas de curto prazo depois do dia 31 de março. Isso significa, na prática, o risco de uma perda de dois a três bilhões de dólares.

O problema criado pela suspensão do pagamento dos juros da dívida de longo prazo, na verdade, é muito mais complexo do que dão a entender as atuais autoridades econômicas brasileiras em seu permanente esforço para negar os fatos. Se é verdade que os bancos credores ainda não partiram para a retaliação e não pretendem fazê-lo se puderem evitá-lo, é inegável que a atitude do governo brasileiro provocou considerável mudança nos critérios de concessão de crédito ao País. Antes da moratória, as operações de curto prazo eram contratadas pelo prazo de seis meses. Hoje nenhum banco empresta a nenhuma empresa brasileira por mais de 30 ou, no máximo, 60 dias, o que cria consideráveis dificuldades para nossas exportações e, também, para a realização de importações essenciais de insumos, peças de reposição e bens intermediários.

Nessas circunstâncias, um eventual corte das linhas de curto prazo pelos credores representaria o estrangulamento de nosso comércio exterior e o imediato aprofundamento da recessão interna, além da aceleração da "queima" das nossas escassas reservas cambiais. Implicaria ainda seríssimos problemas para as agências dos bancos privados brasileiros no Exterior, que hoje não conseguem captar recursos no mercado interbancário por mais de 90 dias.

Naturalmente, a lógica faz supor que os bancos estrangeiros não têm nenhum interesse em tomar qualquer medida para debilitar ainda mais nossa capacidade de pagamento da dívida externa, mas este é um tipo de raciocínio que costuma sensibilizar mais os bancos com elevada "exposure" no Brasil, isto é, os maiores credores. Já a reação dos bancos de menor porte está sujeita a uma série de fatores imponderáveis.

Segundo fontes da área financeira, o BC não solicitou a renovação das linhas de curto prazo. Apenas deseja a sua manutenção sem data ou prazo formalmente estabelecido entre as partes. E fez isso indicando que deseja a prorrogação do vencimento do acordo que garante essas linhas por 60 dias. A reação do comitê assessor foi a mais fria possível, como demonstra o noticiário da imprensa especializada dos Estados Unidos e da Europa ao comentar o fato de que o comitê apenas desempenhou o papel de "mensageiro" do Brasil. O próprio presidente do BC reconheceu esse clima adverso ao admitir — depois de ter anunciado "um acordo" — que não há nenhuma garantia de renovação da totalidade das linhas de curto prazo e que o acordo foi "informal e individual com alguns credores".

A nosso ver, esse comportamento do comitê de credores é perfeitamente compreensível, porque o condutor da nossa moratória até hoje não conversou diretamente com os bancos, embora tenha sido insistentemente convidado a fazê-lo. Ademais, ninguém pode negar que o Brasil deixou de cumprir seus compromissos, ou seja, se encontra em estado de inadimplência. Mesmo assim o ministro Funaro não perdeu seu ar prepotente, recusando-se terminantemente sequer a transmitir aos banqueiros uma sinalização de boa vontade. Os credores haviam pedido, como se sabe, um gesto simbólico do Brasil, que seria o pagamento de pequena parte dos juros vencidos após a moratória, mas o governo do presidente Sarney considerou esta solicitação "inaceitável". Depois desse tipo de resposta, seria justo esperar que o comitê assessor recomendasse aos bancos o atendimento das pretensões brasileiras?

Mais uma vez, portanto, fica-nos a impressão de que os interesses da Nação estão sendo sacrificados para preservar o orgulho do ministro da Fazenda e para dar aos credores uma demonstração de força totalmente desnecessária, pois está provada a convergência entre a solução desejada pelos bancos e o caminho que nossa política econômica já começou a trilhar e que é o único que pode restabelecer o crédito no Exterior e a credibilidade interna no governo. Esse caminho, como têm afirmado repetidamente os credores, não passa necessariamente pelo FMI, mas passa pela adoção de um programa econômico coerente, suficientemente claro para dar aos credores um horizonte e a certeza de que voltaremos a servir nossa dívida. Passa também, acima de tudo, pela adoção de uma atitude séria e responsável daqueles que representam o Brasil nessa complexa negociação.